

É só um detalhe,
até você usar.

ABRA SUA CONTA >



Diário Sertão Central

Diário do Nordeste

[todos os blogs](#)

Busca

Palavra:

SANEAMENTO BÁSICO > Gestores públicos apontam falta de recursos como entraves

Publicado em 25/10/2015 - 8:00 por [Alex Pimentel](#) | [Comentar](#)

Categorias : [Política](#), [Saúde](#), [Serviço público](#)

- 3
- 0
- 91
- Enviar para o Kindle

Quixadá

A maioria das cidades cearenses ainda carece de saneamento básico. A cada ano, mananciais, rios, lagos, estão cada vez mais poluídos. São os efeitos dos inúmeros esgotos clandestinos despejados nessas fontes naturais de recursos hídricos. Nas áreas urbanas, apesar dos avanços, parte da população ainda não conta com o serviço de água, quanto mais de esgoto. A solução para o problema está na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB). Entretanto, quase 10 anos após a exigência estabelecida através de decreto federal, conforme a Lei 11.445, apenas 43 cidades do Estado concluíram seus planos.



Na opinião popular e de líderes de associações comunitárias de moradores há desinteresse dos gestores públicos em realizar obras consideradas “invisíveis”. Como ficam debaixo do solo, os olhos não podem ver, e não dá nem para fazer festa de inauguração, são desprezadas e adiadas. Geralmente, para conquistarem votos, às vésperas das eleições, os prefeitos autorizam a pavimentação das ruas periféricas com pedra tosca, mas sem tubulação de esgoto. Sai mais barato e como o serviço é mais rápido, agrada um maior número de eleitores.

O presidente da Associação dos Municípios do Ceará (Aprece), Expedito do Nascimento, prefeito de Piquet Carneiro, considera disparatado o pensamento da população acerca da carência de saneamento na maioria das cidades do Interior. “O problema principal é a falta de verbas para a contratação dos serviços de elaboração dos projetos. Para cidades de pequeno e médio porte, não custam menos de R\$ 200 mil a R\$ 300 mil. Além do mais o desembolso é feito através do Fundo Geral do Município”, destaca.

As soluções viáveis apontadas pelo representante da Aprece, são o auxílio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do

Ceará (Arce) e a formação de grupos de prefeituras para contratação dos seus serviços, em conjunto. A redução com as despesas pode chegar a até 30%. Como só podem captar os recursos para as obras de saneamento com a apresentação dos projetos, o problema se arrasta. “Mas há interesse de todos. Sabemos dos benefícios à população com a redução de doenças e até com gastos na área de saúde. Com os repasses cada vez menores para os municípios, realmente enfrentamos dificuldades”, completou.

Com o objetivo de acelerar a elaboração dos Planos de Saneamento a coordenadoria de saneamento básico da Arce está prestando auxílio técnico às prefeituras, analisando o andamento dos PMSBs. Mais 16 cidades cearenses serão atendidas em novembro. A atenção dos analistas da Arce estará voltada para os municípios de Aratuba, Barreira, Croatá, General Sampaio, Graça, Granjeiro, Hidrolândia, Ibicuitinga, Ipaumirim, Monsenhor Tabosa, Mucambo, Mulungu, Paramoti, Poranga, Saboeiro e São Luís do Curu. Aos técnicos da Arce, cabe auxiliar e orientar os gestores municipais sobre problemas detectados na feitura dos planos, seja com relação ao próprio trabalho ou mesmo a algum tipo de conflito ou pendência.

O coordenador de saneamento da Agência, Geraldo Basílio, confirma que dos 151 municípios atendidos pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece), apenas 43 concluíram seus planos. Outros 63 encontram-se em andamento, todavia, 38 estão paralisados devido a pendências no convênio. Outras 45 cidades nem iniciaram seus planos. Desses números, 18 ainda estão em fase de licitação e 27 não têm nem previsão de elaboração.

Ele ressalta que a Lei Federal 11.445, de 5 de janeiro de 2007, torna obrigatória a elaboração de planos municipais de saneamento e estabelece penalidades para aqueles que não cumprirem, podendo, inclusive, tornar nulos os contratos de prestação de serviços de saneamento básico e restringir o acesso de recursos financeiros da União.

O analista de Regulação da Arce, engenheiro civil Marcelo Almeida, reconhece exatamente a falta de dividendos públicos municipais como o principal empecilho para realização das obras de saneamento, apesar de serem liberados através de convênios com os governos Estadual e Federal. A maioria não possui nem corpo técnico para realizar os estudos de implantação do serviço. Os custos também são elevados em comparação aos valores gastos, tanto quanto os das redes de abastecimento de água. Mas adiar o problema apenas elevará ainda mais as perdas para a própria sociedade.

Almeida cita como exemplo a estruturação das cidades do Vale do Jaguaribe. Apesar de contarem com repasses do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) o processo esta engatinhando. Não é diferente no Cariri, onde há a segunda maior concentração populacional do Estado, perdendo apenas para Fortaleza e região metropolitana. O rio Salgado recebe grande carga de dejetos líquidos. Toda a poluição acaba sendo armazenada no Açude Castanhão. Todos acabam perdendo, e para ampliar ainda mais as dificuldades os consumidores resistem à cobrança da taxa de esgoto.

Veja a reportagem no Diário do Nordeste > [Cidades ignoram saneamento básico](#)

Números

R\$ 1,6 milhões é o valor disponibilizado pela Secretaria das Cidades para elaboração dos PMSBs em cidades com menos de 20 mil habitantes

Mais Informações

Arce
Av. Santos Dumont, 1789 – 14º Andar – Fortaleza
Telefone: (85) 3101-1027

Aprece
Rua Maria Tomásia, 230 – Fortaleza
Telefone: (85) 4006-4000

O [Diário Sertão Central](#) é o blog oficial do Diário do Nordeste no Sertão Central do Ceará e Maciço do Baturité. Inclua entre os seus links favoritos.

Participe do Diário Sertão Central através do WhatsApp 55 88 9 9970 5161, dos fones (88) 9 9970 5161 ou (88) 9 8865 6118 e pelo email: diariosertaocentral@gmail.com

Comentários

Nome (obrigatório)

E-mail (não será divulgado) (obrigatório)

Site

Comentário

Enviar